

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	16
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	39
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	40
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	41
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2019
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	807.080.529
Preferenciais	0
Total	807.080.529
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
1	Ativo Total	1.576.674	1.626.077
1.01	Ativo Circulante	62.469	136.873
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	34.492	38.525
1.01.03	Contas a Receber	23.528	52.611
1.01.03.01	Clientes	23.528	52.611
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.050	1.573
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.050	1.573
1.01.07	Despesas Antecipadas	3.366	1.316
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	33	42.848
1.01.08.03	Outros	33	42.848
1.02	Ativo Não Circulante	1.514.205	1.489.204
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	61.034	22.097
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	33.336	0
1.02.01.07	Tributos Diferidos	15.227	9.643
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	11.092	11.725
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	1.379	729
1.02.03	Imobilizado	1.443.081	1.456.694
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.396.377	1.414.974
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	46.704	41.720
1.02.04	Intangível	10.090	10.413
1.02.04.01	Intangíveis	10.090	10.413

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2	Passivo Total	1.576.674	1.626.077
2.01	Passivo Circulante	123.348	136.696
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	225	55
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	225	55
2.01.02	Fornecedores	4.848	8.876
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	4.848	8.876
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.725	4.669
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.271	2.077
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	341
2.01.03.01.02	INSS	176	125
2.01.03.01.03	PIS/COFINS	924	1.549
2.01.03.01.04	Outros	171	62
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	1.308	2.431
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	146	161
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	60.561	54.614
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	46.879	46.852
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	46.879	46.852
2.01.04.02	Debêntures	13.682	7.762
2.01.05	Outras Obrigações	7.783	7.785
2.01.05.02	Outros	7.783	7.785
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	7.783	7.785
2.01.06	Provisões	47.206	60.697
2.01.06.02	Outras Provisões	47.206	60.697
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	571	1.077
2.01.06.02.04	Uso do bem público	1.510	1.520
2.01.06.02.05	Provisão para constituição de ativos	39.468	53.281
2.01.06.02.06	Encargos setoriais - Pesquisa e desenvolvimento - P&D	5.657	4.350
2.01.06.02.07	Credores diversos	0	469
2.02	Passivo Não Circulante	583.081	608.752
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	569.376	593.658
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	293.155	314.700
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	293.155	314.700
2.02.01.02	Debêntures	276.221	278.958
2.02.04	Provisões	13.705	15.094
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	419	1.109
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	419	1.109
2.02.04.02	Outras Provisões	13.286	13.985
2.03	Patrimônio Líquido	870.245	880.629
2.03.01	Capital Social Realizado	807.081	807.081
2.03.04	Reservas de Lucros	73.549	73.548
2.03.04.01	Reserva Legal	5.446	5.445
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	59.767	59.767
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	8.336	8.336
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-10.385	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	43.166	107.099	58.376	103.042
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-26.939	-91.119	-47.190	-68.743
3.02.01	Custo do uso do serviço de transmissão - CUST	-4.609	-9.148	-4.827	-9.629
3.02.02	Outros custos operacionais	-3.448	-6.665	-2.977	-5.832
3.02.03	Depreciação e amortização	-9.334	-18.670	-9.339	-18.700
3.02.04	Uso do bem publico	-93	-187	-93	-187
3.02.05	Energia elétrica comprada para revenda	-6.989	-51.707	-26.647	-30.228
3.02.06	Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH	-2.466	-4.742	-3.307	-4.167
3.03	Resultado Bruto	16.227	15.980	11.186	34.299
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-2.085	-2.594	-706	-1.334
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-2.085	-2.594	-706	-1.334
3.04.02.01	Depreciação e amortização	-99	-198	-99	-199
3.04.02.02	Administrativas e gerais	-1.887	-2.249	-581	-1.073
3.04.02.03	Pessoal	-99	-147	-26	-62
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	14.142	13.386	10.480	32.965
3.06	Resultado Financeiro	-15.132	-29.355	-13.278	-28.359
3.06.01	Receitas Financeiras	1.270	2.463	949	2.002
3.06.02	Despesas Financeiras	-16.402	-31.818	-14.227	-30.361
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-990	-15.969	-2.798	4.606
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	415	5.584	514	-810
3.08.01	Corrente	0	0	220	-338
3.08.02	Diferido	415	5.584	294	-472
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-575	-10.385	-2.284	3.796
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-575	-10.385	-2.284	3.796
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-0,00100	-0,01300	-0,00300	0,00500

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
4.01	Lucro Líquido do Período	-575	-10.385	-2.284	3.796
4.03	Resultado Abrangente do Período	-575	-10.385	-2.284	3.796

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	38.899	36.417
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	31.893	51.705
6.01.01.01	Lucro do periodo	-10.385	3.796
6.01.01.02	Depreciação e amortização	19.055	19.086
6.01.01.03	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-5.584	472
6.01.01.04	Baixa de ativo imobilizado	227	31
6.01.01.05	Encargos de dívidas	29.639	28.927
6.01.01.06	Outras variações monetária líquidas	163	39
6.01.01.08	Atualização monetária - impostos a recuperar	-32	-120
6.01.01.09	Imposto de renda e contribuição social correntes	0	338
6.01.01.10	Receita de aplicações financeiras	-1.134	-1.497
6.01.01.11	Repactuação do risco hidrológico	634	633
6.01.01.12	Reversão de contingência	-690	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	7.347	-14.539
6.01.02.01	Impostos a compensar	757	1.952
6.01.02.02	Adiantamentos a fornecedores	15	-6
6.01.02.03	Despesas pagas antecipadamente	-2.066	-961
6.01.02.04	Fornecedores	-4.029	-7.984
6.01.02.05	Salários e obrigações	170	5
6.01.02.06	Tributos e contribuições sociais a recolher	-1.603	1.513
6.01.02.07	Outros passivos circulantes	-1.239	-448
6.01.02.08	Outros ativos circulantes	18	41
6.01.02.09	Contas a receber	29.083	-8.875
6.01.02.10	Encargos sociais	1.208	1.809
6.01.02.11	Provisão para compensação ambiental	-506	-1.116
6.01.02.12	Provisão para constituição de ativos	-13.813	-291
6.01.02.13	Contingências	0	123
6.01.02.15	Outros ativos não circulantes	-648	-301
6.01.03	Outros	-341	-749
6.01.03.01	Imposto de renda e contribuição social recolhidos	-341	-749
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	5.042	11.980
6.02.01	Aplicações em títulos e valores mobiliários	-1.479	-23.521
6.02.02	Aplicações no imobilizado	-5.345	-1.188
6.02.03	Resgate de aplicações em títulos e valores mobiliários	11.868	36.689
6.02.04	Aplicações no intangível	-2	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-47.974	-45.458
6.03.03	Empréstimos tomados	800	1.002
6.03.04	Amortização de principal e pagamento de juros de financiamento	-48.774	-46.460
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-4.033	2.939
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	38.525	18.541
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	34.492	21.480

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	807.081	0	73.549	0	0	880.630
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	807.081	0	73.549	0	0	880.630
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-10.385	0	-10.385
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-10.385	0	-10.385
5.07	Saldos Finais	807.081	0	73.549	-10.385	0	870.245

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	791.081	0	51.196	0	0	842.277
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	791.081	0	51.196	0	0	842.277
5.04	Transações de Capital com os Sócios	16.000	0	0	0	0	16.000
5.04.01	Aumentos de Capital	16.000	0	0	0	0	16.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	3.796	0	3.796
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	3.796	0	3.796
5.07	Saldos Finais	807.081	0	51.196	3.796	0	862.073

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
7.01	Receitas	119.184	115.723
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	119.184	115.723
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-72.499	-49.640
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-72.499	-49.640
7.03	Valor Adicionado Bruto	46.685	66.083
7.04	Retenções	-19.055	-19.086
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-19.055	-19.086
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	27.630	46.997
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	2.463	2.002
7.06.02	Receitas Financeiras	2.463	2.002
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	30.093	48.999
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	30.093	48.999
7.08.01	Pessoal	1.323	332
7.08.01.01	Remuneração Direta	950	227
7.08.01.02	Benefícios	302	78
7.08.01.03	F.G.T.S.	71	27
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	6.955	14.250
7.08.02.01	Federais	6.955	14.250
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	32.200	30.621
7.08.03.01	Juros	29.637	28.929
7.08.03.02	Aluguéis	385	260
7.08.03.03	Outras	2.178	1.432
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-10.385	3.796
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-10.385	3.796

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração

Aos acionistas

A Administração da Ferreira Gomes Energia S.A (“Companhia”), em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da Administração e as informações contábeis intermediárias da Companhia para o período findo em 30 de junho de 2019, compreendendo o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019, as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, para os períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2019, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, e as respectivas notas explicativas às informações contábeis intermediárias, acompanhadas do relatório do auditor independente sobre as revisões de informações trimestrais. Todas as documentações relativas às contas ora apresentadas estão à disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários.

1. Breve histórico da Companhia

A Ferreira Gomes Energia S.A é uma Companhia de capital aberto, constituída em 10 de agosto de 2010.

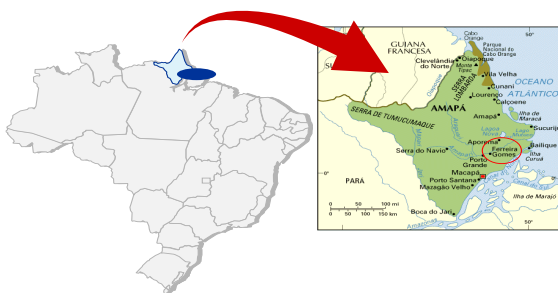
A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico - SPE constituída pela Alupar Investimento S.A. (“Alupar”), cuja concessão foi obtida pela Alupar no leilão de geração de energia nova 003/2010 (“Leilão”), promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL em julho de 2010.

Em 09 de novembro de 2010, foi firmado entre a Companhia e a União o Contrato de Concessão nº 02/2010 – MME – UHE Ferreira Gomes, que concede a Companhia o direito de explorar o empreendimento pelo prazo de 35 anos (até 09 de novembro de 2045).

A contratação de energia foi efetuada no Ambiente de Comercialização Regulado ACR, assim a Companhia assinou contrato de compra e venda de energia com 27 distribuidoras que participaram do leilão.

A Ferreira Gomes Energia S.A., cuja sede está localizada na cidade de São Paulo, tem como objeto social a construção, operação e exploração do potencial de energia hidráulica localizada no rio Araguari em Ferreira Gomes, no Estado do Amapá, bem como das respectivas Instalações de Transmissão de Interesse Restrito à Central geradora.

O mapa a seguir ilustra a localização do empreendimento:



Comentário do Desempenho

A Companhia conta com três unidades geradoras de energia, cujas entradas em operação são apresentadas a seguir:

Unidades geradoras	Ínicio da operação comercial	Ínicio da operação comercial conforme contrato de concessão	Despacho ANEEL	Potência instalada	Garantia física
1ª	04 de novembro de 2014	30 de dezembro de 2014	nº 4.297	84 MW (megawatts)	71,6 MW (megawatts)
2ª	17 de dezembro de 2014	28 de fevereiro de 2015	nº 4.815	84 MW (megawatts)	47,6 MW (megawatts)
3ª	30 de abril de 2015	30 de abril de 2015	nº 1.271	84 MW (megawatts)	33,9 MW (megawatts)
				<u>252 MW (megawatts)</u>	<u>153,10 MW (megawatts)</u>

2. Governança corporativa

A Ferreira Gomes pauta o desenvolvimento de suas atividades em elevados padrões de governança corporativa.

Estão incluídos na estrutura de governança corporativa da Companhia:

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é composto por três membros, eleitos na Assembleia Geral, com mandato de três anos, admitida a reeleição por igual período.

Diretoria estatutária

A diretoria estatutária exerce a gestão dos negócios, seguindo as estratégias e diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração, e é composta pelos diretores:

- (i) financeiro;
- (ii) de relações com investidores,
- (iii) administrativo, e
- (iv) técnico.

Conselho fiscal

Nos termos do Estatuto Social, a Companhia poderá ter um Conselho Fiscal não permanente, o qual exercerá as atribuições impostas por lei e que somente será instalado nos exercícios sociais em que assim solicitarem os acionistas, nos casos previstos em lei. O Conselho Fiscal será composto por três membros efetivos e três suplentes, acionistas ou não, residentes no país, sendo admitida a reeleição. Nos exercícios sociais em que a instalação do Conselho Fiscal for solicitada, a Assembleia Geral elegerá seus membros e indicará um deles para o cargo de presidente do Conselho Fiscal, bem como estabelecerá a respectiva remuneração, sendo que o mandato dos membros terminará na data da primeira Assembleia Geral Ordinária realizada após sua instalação.

Comentário do Desempenho

3. Desempenho econômico-financeiro

(Em milhares de reais)

	30/06/2019	30/06/2018	Variação %
Receita operacional bruta	119.184	115.723	3,0%
(-) Deduções da receita operacional	(12.085)	(12.681)	-4,7%
Receita operacional líquida	107.099	103.042	3,9%
(-) Custos operacionais	(91.119)	(68.743)	32,6%
Lucro bruto	15.980	34.299	-53,4%
(-) Despesas/receitas operacionais	(2.594)	(1.334)	94,5%
(-) Despesas/receitas financeiras	(29.355)	(28.359)	3,5%
Lucro (prejuízo) antes da contribuição social e imposto de renda	(15.969)	4.606	-446,7%
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	(338)	-100,0%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.584	(472)	-1283,1%
Lucro (prejuízo) do período	(10.385)	3.796	-373,6%
Ativo total	1.576.674	1.636.299	-3,6%
Investimentos	1.453.171	1.486.414	-2,2%

Comentários relevantes

A Companhia registrou Receita Líquida de R\$ 107.099 no período de seis meses findo em 30 de junho de 2019, em comparação aos R\$ 103.042 no mesmo período de 2018. A variação de 3,9% de um período para o outro ocorreu principalmente pela negociação de energia elétrica no ambiente livre ACL conforme divulgado na nota explicativa nº 20 – Receita Operacional Líquida.

Os custos operacionais do período de seis meses findo em 30 de junho de 2019 apresentam variação de 32,6% se comparado com o mesmo período de 2018, justificada pelo aumento na compra de energia elétrica. As despesas operacionais do período de seis meses findo em junho de 2019 apresentam aumento de 94,5% quando comparado ao mesmo período de 2018, justificada principalmente pelo aumento na linha de serviços de terceiros. Os custos e despesas operacionais, são demonstrados na nota explicativa nº 21 – Custos e Despesas Operacionais.

O resultado financeiro apresenta variação de 3,5% se comparado ao mesmo período de 2018, justificada principalmente pelo aumento em receitas e despesas financeiras demonstradas na nota explicativa nº 22 – Resultado Financeiro.

O resultado do período de seis meses findo em 30 de junho de 2019 foi negativo, em virtude disso, não há constituição de imposto de renda e contribuição social correntes no período, culminando para uma variação relevante na linha. Em contrapartida, houve a constituição de imposto de renda e contribuição social diferido no período. A Companhia obteve o incentivo fiscal aprovado pela SUDAM em 18 de setembro de 2017 pelo prazo de até 31 de dezembro de 2026, que consiste na redução de 75% do imposto de renda devido, calculado com base no lucro da exploração.

Devido ao fato da Ferreira Gomes Energia S.A ser uma “SPE” sociedade de propósito específico, não houve investimentos em sociedades coligadas e/ou controladas.

Comentário do Desempenho

Os recursos para implantação, construção e operação da UHE Ferreira Gomes foram provenientes da acionista Alupar Investimentos S.A, bem como de empréstimos e financiamentos captados junto a terceiros, incluindo a emissão de debêntures.

EBITDA

(Em milhares de reais)

	30/06/2019	30/06/2018
Lucro (Prejuízo) do período	(10.385)	3.796
(+) Resultado financeiro	29.355	28.359
(+) Depreciação e amortização	19.055	19.085
(+) IR/CS correntes	-	338
(+) IR/CS diferidos	(5.584)	472
(=) EBITDA	32.441	52.050

Endividamento

(Em milhares de reais, exceto índice de endividamento líquido)

	30/06/2019	31/12/2018
Empréstimos, financiamentos e debêntures (líquidos dos custos a amortizar)		
Circulante	(60.561)	(54.614)
Não circulante	(569.376)	(593.658)
Dívida total	(629.937)	(648.272)
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	67.828	81.319
Dívida líquida	(562.109)	(566.953)
Patrimônio líquido	870.245	880.630
Índice de endividamento líquido	0,65	0,64

4. Capital humano

Em consonância aos objetivos estratégicos estabelecidos, a Companhia promove o desenvolvimento profissional e a melhoria da qualidade de vida dos colaboradores por meio de ações e concessão de benefícios, com um relacionamento claro e transparente, e com o envolvimento dos colaboradores para que entendam seu papel no cumprimento das metas.

O capital humano constitui ferramenta valiosa para o sucesso dos negócios da Companhia, e no período findo em junho de 2019 a Ferreira Gomes Energia S.A. mantinha em seu quadro 26 colaboradores.

Comentário do Desempenho

5. Responsabilidade sócio ambiental

A Ferreira Gomes Energia S.A tem um comprometimento social e acredita na construção de uma sociedade mais justa e humana. Desta forma, está engajada no desenvolvimento de projetos sociais e ambientais que levam melhorias significativas às vidas dos membros da comunidade onde atua, tais como: ações voltadas ao incentivo cultural, desenvolvimento social e econômico da região.

Abaixo destacamos alguns dos Programas já realizados:

- Programa de resgate de fauna;
- Programa de resgate de ictiofauna e invertebrados aquáticos;
- Programa de qualificação de mão-de-obra e estágio para jovens;
- Programa de apoio a projetos esportivos e culturais;
- Programa de apoio ao turismo sustentável em Ferreira Gomes;
- Programa de apoio aos agricultores familiares e comunidades ribeirinhas;
- Programa de monitoramento de vetores e controle da malária;
- Programa de apoio à elaboração de planos diretores de Ferreira Gomes e Porto Grande;
- Programa de gestão socioambiental integrada;
- Programa projeto de inventário florestal do canteiro e reservatório;
- Programa de monitoramento sísmológico;
- Programa de prospecção e resgate do patrimônio arqueológico;
- Programa de qualificação de mão-de-obra e estágio para jovens;
- Programa apoio ao turismo sustentável de Ferreira Gomes;
- Programa fortalecimento de fornecedores locais;
- Programa apoio aos agricultores familiares e comunidade ribeirinhas;
- Programa apoio a projetos esportivos e culturais; e
- Programa caracterização e fomento da atividade pesqueira.

Abaixo destacamos os principais Projetos em andamento:

- Programa de monitoramento da qualidade de água;
- Programa de monitoramento de macrófitas;
- Programa de monitoramento e conservação da ictiofauna;
- Programa de monitoramento de invertebrados aquáticos;
- Programa de monitoramento hidrossedimentológico;
- Programa de recuperação de áreas degradadas;
- Programa de monitoramento meteorológico;
- Programa plano ambiental de conservação e uso do entorno do reservatório artificial (PACUERA);
- Programa monitoramento fauna;
- Programa de comunicação social; e
- Reforma, ampliação e adequação da unidade mista de saúde do município de Ferreira Gomes.

Comentário do Desempenho

6. Auditoria Independente

Em 24 de janeiro de 2019, a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. (“EY Brasil”) celebrou com a Ferreira Gomes Energia S.A., o “Contrato Global para Prestação de Serviços de Auditoria”, durante o período de 02 (dois) anos.

Nesse sentido, para o exercício social a findar-se em 31 de dezembro de 2019, bem como as informações contábeis intermediárias, foram contratados os seguintes serviços: (i) revisão das informações contábeis intermediárias – ITRs da Companhia, preparadas de acordo com as regras da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), e cujas informações financeiras serão preparadas de acordo com o CPC 21(R1) para os trimestres findos em 31 de março e 30 de junho de 2019 e à findarem-se em 31 de março e 30 de junho de 2020 e 30 de setembro de 2019 e 2020, com a emissão de relatórios de revisão sobre essas informações contábeis intermediárias - ITRs; (ii) Revisão da consistência das informações divulgadas nas Demonstrações Financeiras com aquelas divulgadas no Formulário de Referência; e (iii) Auditoria das demonstrações financeiras da Companhia, referentes aos exercícios a findarem-se em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2020, a serem preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de contabilidade IFRS emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) com a emissão de parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras; (iv) Averiguar memória de cálculo dos índices financeiros (*covenants*) conforme NBC TSC 4400 para os trimestres findos em 31 de março e 30 de junho de 2019 e a findarem-se em 31 de março e 30 de junho de 2020 e 30 de setembro de 2019 e 2020, e para os exercícios a findarem-se em 31 de dezembro de 2019 e 2020; (iv) Revisão do formulário de referência, para os exercícios a findar-se em 31 de dezembro de 2019 e 2020, preparado pela administração, sem emissão de relatório de auditoria, apenas com emissão do relatório de asseguarção limitada relativo ao processo de compilação de índices contratuais.

Mensagem final

Finalmente, queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos acionistas, colaboradores, seguradoras, agentes financeiros e do setor elétrico, e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia.

A Diretoria

Notas Explicativas

Notas explicativas às Informações contábeis intermediárias (Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1 Contexto operacional

A Ferreira Gomes Energia S.A. (“Ferreira Gomes”, “FGE” ou “Companhia”) é uma Companhia de capital fechado, constituída no dia 10 de agosto de 2010, com o propósito específico de construir, operar e explorar o potencial de energia hidráulica do rio Araguari, no Município de Ferreira Gomes, Estado do Amapá, denominado Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes, com potência instalada de 252 MW, bem como das instalações de transmissão de interesse restrito a usina hidrelétrica e a comercialização ou a utilização da energia elétrica produzida.

A sede da Companhia está localizada na Rua Gomes de Carvalho nº 1996, 15º andar, Vila Olímpia, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico - SPE constituída pela Alupar Investimento S.A. (“Alupar”), cuja concessão foi obtida pela Alupar no leilão de geração de energia nova 003/2010 (“Leilão”), promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL em julho de 2010.

Em 09 de novembro de 2010, foi firmado entre a Companhia e a União o Contrato de Concessão nº 02/2010 – MME – UHE Ferreira Gomes, que concede a Companhia o direito de explorar o empreendimento pelo prazo de 35 anos a partir da assinatura do respectivo contrato, ou seja, até 09 de novembro de 2045, podendo ser prorrogado, a critério do poder concedente, uma única vez, pelo prazo de até 30 (trinta) anos, mediante requisição do concessionário e observadas as condições expostas na Legislação.

Os contratos de concessão estabelecem que a extinção das concessões determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço.

A Companhia efetua mensalmente o pagamento pelo uso do bem público conforme descrito na nota explicativa nº 11.

A Companhia está em plena operação comercial, conforme abaixo:

Unidades geradoras	Ínicio da operação comercial	Ínicio da operação comercial conforme contrato de concessão	Despacho ANEEL	Potência instalada	Garantia física
1ª	04 de novembro de 2014	30 de dezembro de 2014	nº 4.297	84 MW (megawatts)	71,6 MW (megawatts)
2ª	17 de dezembro de 2014	28 de fevereiro de 2015	nº 4.815	84 MW (megawatts)	47,6 MW (megawatts)
3ª	30 de abril de 2015	30 de abril de 2015	nº 1.271	84 MW (megawatts)	33,9 MW (megawatts)
				<u>252 MW (megawatts)</u>	<u>153,10 MW (megawatts)</u>

Notas Explicativas

2 Base de preparação e apresentação das informações contábeis intermediárias

A autorização para emissão das informações contábeis intermediárias da Companhia foi efetuada em Reunião de Diretoria realizada em 08 de agosto de 2019.

Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas estabelecidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

Todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Base de preparação e apresentação

As informações contábeis intermediárias foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo.

Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$). Essas informações contábeis intermediárias foram preparadas e estão apresentadas em milhares de reais. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações contábeis intermediárias exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Essas estimativas e premissas incluem: a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise a redução ao valor recuperável, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive provisões para contingências e de constituição de ativos.

As principais informações sobre julgamentos, estimativas e premissas que podem representar risco significativo com probabilidade de resultar em ajustes materiais às informações contábeis nos próximos trimestres, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 6 - Contas a receber de clientes: Valores referentes ao suprimento de energia elétrica, incluindo transações no mercado de curto prazo;
- Nota 9 - Imposto de renda e contribuição social diferidos: disponibilidade de lucro tributável no futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- Nota 10 - Provisão para redução ao valor recuperável: Teste de redução ao valor recuperável de ativos; e
- Nota 16 - Provisões para contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

Notas Explicativas

2.1 Mudança nas principais políticas contábeis

A Companhia adotou a partir de 1º janeiro de 2019 as normas abaixo, contudo, não há efeito nas informações contábeis intermediárias.

- (A) ICPC 22 (IFRIC 23) – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro
 (B) CPC 06 (IFRS 16) – Operações de Arrendamento Mercantil

3 Sumário das principais práticas contábeis

As informações contábeis intermediárias da Companhia foram preparadas de forma consistentes com as práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 3 divulgadas nas demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, exceto pela adoção das novas normas emitidas pelo IASB e CPC, conforme descrito na nota explicativa 2.1. Essas informações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as referidas Demonstrações Contábeis, emitidas em 8 de março de 2019.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Remuneração	30/06/2019	31/12/2018
Caixa e equivalentes de caixa			
Fundo fixo	-	4	4
Banco conta movimento	-	5.967	3.856
Aplicações financeiras de liquidez imediata	Até 20% do CDI	7	551
Fundos de investimentos	De 97,43 a 100% do CDI	28.514	-
Certificados de depósitos bancários	De 88,33 a 100% do CDI	-	34.114
		34.492	38.525

As aplicações financeiras de liquidez imediata referem-se a aplicações automáticas vinculadas à conta corrente remunerada pela variação do CDI, não ocorrendo, portanto, risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado. Os Certificados de Depósitos Bancários – CDB e os Fundos de Investimentos são realizados com instituições do mercado financeiro nacional e possuem liquidez imediata.

Notas Explicativas

5 Títulos e valores mobiliários

	Instituição	Remuneração	30/06/2019	31/12/2018
Aplicação pós fixada	BNDES	De 90% até 97% do CDI	17.900	17.780
Aplicação pós fixada	Debêntures	De 90% até 97% do CDI	15.436	25.014
			33.336	42.794
Ativo circulante			-	42.794
Ativo não circulante			33.336	-
			33.336	42.794

Aplicações em garantia do contrato de debêntures conforme instrumento particular de escritura da 3ª Emissão, que estabelece obrigatoriedade de constituição de reservas para conta O&M, serviço da dívida e, quando necessário, para complementação de ICSD. E, também em garantia do contrato de financiamento de abertura de crédito número 12.2.1390-1 celebrado entre a Companhia e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES para implantação da UHE Ferreira Gomes Energia S.A., o qual estabelece que a Companhia deve constituir uma conta bancária reserva do BNDES, movimentada exclusivamente para pagamentos decorrentes deste contrato no caso de insuficiência de saldo de recursos na conta centralizadora.

A Companhia está adimplente com o cumprimento do Índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) do contrato de emissão das debêntures, conforme determina a cláusula Décima primeira, do item XVI, alínea (ii) do referido contrato.

6 Contas a receber de clientes

O saldo em 30 de junho de 2019 é substancialmente constituído pelos valores faturados nos meses de maio e junho, e que serão recebidos em 3 parcelas a partir dos n meses subsequentes ao fato gerador, conforme definido no contrato de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado.

	Nota	30/06/2019	31/12/2018
Ativo circulante			
Suprimento de energia elétrica - ambiente regulado		11.041	11.864
Suprimento de energia elétrica - ambiente livre - partes relacionadas	17.1	5.497	5.680
Suprimento de energia elétrica - mercado de curto prazo/CCEE		6.990	35.067
		23.528	52.611

Notas Explicativas

7 Despesas pagas antecipadamente

	30/06/2019	31/12/2018
Ativo circulante		
Prêmio de seguros - diversos	231	49
Prêmio de seguros - risco operacional	1.868	-
Prêmio de seguros - risco hidrológico	1.267	1.267
	3.366	1.316
Ativo não circulante		
Prêmio de seguros - risco hidrológico	11.092	11.725
	11.092	11.725
	14.458	13.041

Em 28 de dezembro de 2015 a Companhia protocolou na ANEEL o interesse pela repactuação do risco hidrológico, nos termos da Lei nº 13.203/2015 e da Resolução Normativa ANEEL nº 684/2015 no ACR no produto SP 92. Em 19 de janeiro de 2016 a ANEEL anuiu a repactuação do risco hidrológico da UHE Ferreira Gomes.

O registro inicial (R\$ 16.796 data base de dezembro de 2015) consistiu na criação de uma despesa antecipada em contrapartida à redução do custo de energia comprada para revenda no resultado, a ser apropriada em 13 anos e 3 meses contados a partir de janeiro de 2016

A partir de janeiro de 2016 ocorre mensalmente a amortização linear deste custo de energia comprada. O saldo do montante repactuado líquido de amortização na data de 30 de junho de 2019 é de R\$ 12.359 segregado entre circulante e não circulante.

8 Tributos e contribuições sociais

Conforme determinações legais, a Companhia efetuou retenções na fonte e antecipações para posterior compensação de tributos e contribuições sociais. Os saldos destes tributos e contribuições sociais estão assim constituídos:

Notas Explicativas

<u>Ativo circulante</u>	30/06/2019	31/12/2018
<u>Tributos e contribuições sociais a compensar</u>		
Imposto sobre Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ	576	1.123
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	24	-
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	73	73
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	135	135
Imposto sobre Serviços - ISS	102	102
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	4	4
Pis/Cofins/Contr.Social (lei 10.833/2003)	136	136
	1.050	1.573
<u>Passivo circulante</u>		
<u>Tributos e contribuições sociais a recolher</u>		
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	-	341
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	34	15
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	176	125
Imposto sobre Serviços - ISS	146	161
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	1.308	2.431
Programa de Integração Social - PIS	164	276
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	760	1.273
Outros	137	47
	2.725	4.669

9 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Este saldo é composto por prejuízos fiscais acumulados, cuja recuperabilidade foi estimada por projeções elaboradas pela Companhia, e são revisadas anualmente, quanto à evolução positiva dos resultados futuros da Companhia, que preveem a realização do IRPJ e CSLL diferidos até 2022. A estimativa das parcelas de realização do ativo fiscal diferido será conforme discriminada abaixo:

	30/06/2019	2019	2020	2021	2022
Saldo de Prejuízo Fiscal	44.800	36.089	25.019	11.668	-
Estimativa de realização do tributo diferido	15.227	2.961	3.762	4.538	3.966

Veja mapa da movimentação dos tributos diferidos abaixo:

	Saldo de Tributo Diferido em 31/12/2017	Utilização de Tributo Diferido no Exercício de 2018	Saldo de Tributo Diferido em 31/12/2018	Constituição de Tributo Diferido em 30/06/2019	Saldo de Tributo Diferido em 30/06/2019
b) Base de cálculo acumulada de Prejuízo Fiscal	(38.303)	9.946	(28.357)	(16.443)	(44.800)
Imposto de renda diferido	9.576	2.487	7.089	(4.111)	11.200
Contribuição social diferido	3.447	893	2.554	(1.473)	4.027
	13.023	3.380	9.643	(5.584)	15.227

Notas Explicativas

10 Imobilizado

As adições registradas no ativo imobilizado desde o período em implantação até o período findo em 30 de junho de 2019 representam substancialmente investimentos em materiais, equipamentos, serviços e os correspondentes encargos sobre empréstimos vinculados à construção, destinados à implantação e finalização da Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes, conforme descrito na nota explicativa nº 1. Os registros contábeis respeitam as instruções, conceitos e normas específicas vinculadas ao serviço outorgado de energia elétrica. O imobilizado está constituído da seguinte forma em 30 de junho de 2019:

	Taxa média anual de depreciação	Saldo em 31/12/2018	Adições	Baixas	Saldo em 30/06/2019
Imobilizado em serviço					
Terrenos	-	16.708	-	-	16.708
Reservatórios, barragens e adutoras	2,11%	803.590	-	-	803.590
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,45%	140.646	-	-	140.646
Máquinas e equipamentos	2,76%	601.216	134	-	601.349
Veículos	8,89%	416	-	-	416
Móveis e utensílios	6,24%	2.432	-	-	2.432
Total do imobilizado em serviço		1.565.008	134	-	1.565.141
(-) Depreciação acumulada					
Reservatórios, barragens e adutoras		(70.348)	(8.614)	-	(78.962)
Edificações, obras civis e benfeitorias		(14.070)	(1.723)	-	(15.793)
Máquinas e equipamentos		(64.620)	(8.305)	-	(72.925)
Veículos		(380)	(12)	-	(392)
Móveis e utensílios		(616)	(76)	-	(692)
Total da depreciação acumulada		(150.034)	(18.730)	-	(168.764)
Total do ativo imobilizado em serviço		1.414.974	(18.596)	-	1.396.377
Imobilizado em curso					
Reservatórios, barragens e adutoras		33.035	5.074	-	38.109
Veículos		92	-	(30)	62
Adiantamento a fornecedor		5.489	-	-	5.489
Depósitos judiciais		3.104	137	(197)	3.044
Total do ativo imobilizado em curso		41.720	5.211	(227)	46.704
Total do imobilizado		1.456.694	(13.385)	(227)	1.443.081

Notas Explicativas

11 Intangível

	Taxa média anual de amortização	Saldo em 31/12/2018	Adições	Saldo em 30/06/2019
Intangível em serviço				
Uso do bem público	3,19%	11.769	-	11.769
Sotfware	20,08%	732	2	734
Outros intangíveis	13,40%	963	-	963
Total intangível em serviço		13.464	2	13.466
(-) Amortização acumulada				
Uso do bem público		(1.562)	(187)	(1.749)
Sotfware		(596)	(75)	(671)
Outros intangíveis		(893)	(63)	(956)
Total amortização		(3.051)	(325)	(3.376)
Total do intangível		10.413	(323)	10.090

Em relação ao “Uso do bem público”, conforme estabelecido no contrato de concessão, a Companhia recolherá à União parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual de R\$ 927, valor original, a partir de 04 de novembro de 2014, data de início da operação comercial da 1ª unidade geradora da UHE, até o 35º ano da concessão (11/2045). A obrigação registrada na contabilidade refere-se ao pagamento total da dívida, montante trazido a valor presente utilizando o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, o qual é atualizado anualmente. Sua amortização ocorre linearmente pelo prazo da concessão.

Passivo relacionado ao uso do Bem Público

	31/12/2018	Atualização Monetária	Pagamentos	Transfêrência	30/06/2019
Passivo circulante	1.520	-	(770)	760	1.510
Passivo não circulante	13.250	62	-	(760)	12.552
Total	14.770	62	(770)	-	14.062

12 Fornecedores

	30/06/2019	31/12/2018
Custo do uso do serviço de transmissão - CUST	1.756	1.748
Materiais e serviços	3.092	2.113
Mercado de curto prazo - CCEE	-	5.015
Total	4.848	8.876

Notas Explicativas

13 Empréstimos, financiamentos e debêntures

a. Os saldos de empréstimos, debêntures e encargos de dívidas são compostos da seguinte forma:

	Encargos	Vencimento	30/06/2019			31/12/2018		
			Principal	Encargos de dívidas	Total	Principal	Encargos de dívidas	Total
Moeda nacional - circulante								
BNDES - Subcrédito A, B e C	2,34% + TJLP	15/04/2031	21.420	736	22.156	21.355	822	22.177
BNDES - Subcrédito D	2,5%	15/12/2022	24.705	77	24.782	24.705	95	24.800
BNDES - Subcrédito E	TJLP	15/04/2031	178	4	182	112	3	115
3ª emissão de debêntures	6,47% + IPCA	15/12/2027	14.328	673	15.001	8.340	741	9.081
(-) custo de captação - a amortizar	-	-	(1.560)	-	(1.560)	(1.559)	-	(1.559)
Total			59.071	1.490	60.561	52.953	1.661	54.614
Moeda nacional - não circulante								
BNDES - Subcrédito A, B e C	2,34% + TJLP	15/04/2031	232.052	-	232.052	242.020	-	242.020
BNDES - Subcrédito D	2,5%	15/12/2022	61.762	-	61.762	74.114	-	74.114
BNDES - Subcrédito E	TJLP	15/04/2031	1.930	-	1.930	1.274	-	1.274
3ª emissão de debêntures	6,47% + IPCA	15/12/2027	286.115	-	286.115	289.512	-	289.512
(-) custo de captação - a amortizar	-	-	(12.483)	-	(12.483)	(13.262)	-	(13.262)
Total			569.376	-	569.376	593.658	-	593.658
Total geral			628.447	1.490	629.937	646.611	1.661	648.272

BNDES

Em 28 de dezembro de 2012 a Companhia celebrou junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES contrato de financiamento de abertura de crédito número 12.2.1390-1, no montante de R\$ 470.610. Até 30 de junho de 2019 foram liberados R\$ 470.583.

O contrato com o BNDES estabelece apuração anual de cláusulas restritivas, as quais instituem que a Companhia deverá manter, durante todo o período de amortização do contrato, as seguintes condições financeiras: Índice de Capital Próprio (Patrimônio Líquido/Ativo Total) igual ou superior a 20% e Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de no mínimo: 1,3 ou 1,2 caso a Companhia tenha emitido debêntures não conversíveis em ações no valor correspondente a no mínimo 50% do valor máximo estabelecido para o respectivo perfil de emissão, e, ainda, enquanto tais debêntures estiverem em circulação.

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia atendeu o Índice de Capitalização (ICP) e Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD).

As garantias dadas em função do contrato com o BNDES estão abaixo descritas:

•Garantias ofertadas pela Ferreira Gomes:

Cessão fiduciária da totalidade dos direitos creditórios emergentes do Contrato de Concessão, compreendendo, mas não se limitado a:

- (a) O direito de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, seja ou venham a se tornar exigíveis e pendentes de pagamento pelo Poder Concedente à Ferreira Gomes Energia S.A., incluindo o direito de receber todas as indenizações pela extinção da concessão;

Notas Explicativas

- (b) Os direitos creditórios da Ferreira Gomes Energia S.A. provenientes dos Contratos de Compra e Venda de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), dos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica (CCVE) a serem celebrados no ambiente de contratação livre (ACL), e de quaisquer outros contratos supervenientes da comercialização de energia elétrica firmados pela mesma, inclusive a totalidade da receita proveniente da venda de energia elétrica pela Companhia;
- (c) As garantias constantes dos CCEARs, dos CCVEs e de quaisquer outros contratos supervenientes de comercialização de energia elétrica firmados pela Ferreira Gomes Energia S.A.;
- (d) Os direitos creditórios das seguintes contas: Conta Centralizadora, Conta Reserva do BNDES, Conta Reserva de O&M e Conta Seguradora; e
- (e) Todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, da FGE, que possam ser objeto de cessão fiduciária de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis, decorrentes do Contrato de Concessão ou decorrentes da venda de energia elétrica.

- Garantia prestada pela Alupar Investimento S.A.:

Penhor da totalidade de ações de sua propriedade e de emissão da Ferreira Gomes Energia S.A.

3ª emissão de debêntures

Em 15 de junho de 2014 foi efetuada a terceira emissão de R\$210.900 (210.900 duzentos e dez mil e novecentos debêntures simples não conversíveis em ações com valor unitário de R\$ 1), os recursos foram transferidos para a Companhia no dia 01 de agosto de 2014. A Alupar é garantidora da Companhia. A remuneração das debêntures contempla juros de 6,4686% ao ano, incidente sobre o valor nominal unitário pelo IPCA, base de 252 dias.

As amortizações são semestrais e o vencimento da dívida se darão em 15 de dezembro de 2027. De acordo com cláusula V, item 5.8 do Instrumento Particular de Escritura da 3ª emissão de Debentures, não haverá repactuação programada das Debêntures.

As debêntures possuem cláusulas restritivas (“covenants”) a serem apuradas trimestralmente com base nas informações da Companhia e apresentadas ao agente fiduciário (Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários). Tais cláusulas instituem que a Companhia deverá comprovar:

- Índice de Capital Próprio (Patrimônio Líquido/Ativo Total) igual ou superior a 20%; e
- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de no mínimo 1,15 (um inteiro e quinze centésimos).

Em 30 de junho de 2019 a Companhia atendeu o Índice de Capitalização (ICP) e o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) para a escritura de debêntures.

Notas Explicativas

b. As movimentações de empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas são compostas da seguinte forma:

	31/12/2018	Ingresso de dívidas	Encargos de dívidas	Amortização de Principal	Amortização de Juros	30/06/2019
Moeda nacional						
BNDES - Subcrédito A, B e C	264.197	-	11.249	(10.699)	(10.539)	254.208
BNDES - Subcrédito D	98.914	-	1.151	(12.352)	(1.169)	86.544
BNDES - Subcrédito E	1.389	800	65	(84)	(58)	2.112
3º emissão de debêntures	298.593	-	16.396	(4.327)	(9.546)	301.116
(-) custo de captação - a amortizar	(14.821)	-	778	-	-	(14.043)
Total	648.272	800	29.639	(27.462)	(21.312)	629.937

	31/12/2017	Ingresso de dívidas	Encargos de dívidas	Amortização de Principal	Amortização de Juros	31/12/2018
Moeda nacional						
BNDES - Subcrédito A, B e C	283.781	-	24.137	(21.277)	(22.444)	264.197
BNDES - Subcrédito D	123.662	-	2.784	(24.705)	(2.827)	98.914
BNDES - Subcrédito E	469	1.002	79	(92)	(69)	1.389
3º emissão de debêntures	290.167	-	30.153	(2.986)	(18.741)	298.593
(-) custo de captação - a amortizar	(16.381)	-	1.560	-	-	(14.821)
Total	681.698	1.002	58.713	(49.060)	(44.081)	648.272

c. Em 30 de junho de 2019, as parcelas relativas aos empréstimos, financiamentos, debêntures e custo de captação, classificadas no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos:

	2020	2021	2022	2023	Após 2024	Total
Principal	30.032	64.807	68.477	93.709	324.835	581.860
(-) custo de captação a amortizar	(782)	(1.560)	(1.560)	(1.560)	(7.022)	(12.484)
	<u>29.250</u>	<u>63.247</u>	<u>66.917</u>	<u>92.149</u>	<u>317.813</u>	<u>569.376</u>

14 Provisão para constituição de ativos

Natureza	31/12/2018	Constituição	Pagamentos	30/06/2019
Máquinas e equipamentos	8.581	-	(367)	8.214
Montagem	41.290	5.074	(18.518)	27.846
Obras civis	3.410	-	(2)	3.408
Total	53.281	5.074	(18.887)	39.468

As provisões para constituição de ativo são decorrentes dos custos do ativo imobilizado referentes à sua fase de implantação, para as quais os desembolsos financeiros ainda não foram totalmente liquidados.

Notas Explicativas

15 Provisão para gastos ambientais

	31/12/2018	Pagamentos	30/06/2019
Passivo circulante	1.077	(506)	571
Passivo não circulante	734	-	734
Total	1.811	(506)	1.305

A Companhia realiza investimentos em programas socioambientais, de modo a compensar o impacto ambiental causado por suas atividades de implantação e construção da UHE e também realiza programas sociais no intuito de auxiliar no desenvolvimento da comunidade. O montante reconhecido foi estimado de forma confiável e é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação em 30 de junho de 2019. A contrapartida pela constituição dessas provisões foi registrada no ativo imobilizado em curso, na época.

16 Provisão para contingências

A Administração realiza o cálculo dos valores a serem provisionados, tomando como base os valores em risco constantes do parecer dos advogados externos e internos responsáveis pela condução dos processos e julgamento da administração, de modo que são provisionados os valores relativos às demandas avaliadas como perda provável.

A administração da Companhia leva em consideração, para explanação pormenorizada em nota explicativa, as demandas jurídicas cujo valor em risco da causa supere R\$ 1.000 e/ou sejam significantes para o negócio da Companhia, tais como ações civis públicas, independentemente do valor em risco.

- (a) **Perda provável:** Em 30 de junho de 2019 já existia decisão final em relação ao processo arbitral (R\$ 41.000 em 31 de dezembro de 2018). O Montante está registrado na nota explicativa 14, líquido dos pagamentos efetuados no período.
- (b) Para os demais casos, não existem processos judiciais ou administrativos, individualmente e na avaliação da administração da Companhia, sejam considerados relevantes para o negócio. As demandas com probabilidade de perda provável resumem-se à:

(i) **Demandas Trabalhistas:** Dez processos judiciais de natureza trabalhista (vinte processos em 31 de dezembro de 2018), de valor em risco aproximado de R\$ 419 (R\$ 1.109 em 31 de dezembro de 2018).

A movimentação da provisão é como segue:

	31/12/2018	Reversões	30/06/2019
<u>Processos judiciais</u>			
Trabalhista	1.109	(690)	419

- (c) **Perda possível:** embora os processos classificados com esta probabilidade de perda não sejam provisionados pela Companhia, no período findo de 30 de junho de 2019 merecem destaques as seguintes demandas:

(i) **Demandas Tributárias:** atualmente existe um processo administrativo de natureza tributária (mesmo número de processo em 31 de dezembro de 2018), de valor em risco aproximado em R\$ 4.576 (mesmo valor em 31 de dezembro de 2018), com natureza de risco possível de perda. Considera-se como relevante o processo abaixo relacionado:

Processo Administrativo nº 109000001100000354/2017-19, trata-se de cobrança de ICMS pelo Estado do Amapá, referente ao diferencial de alíquota e ICMS por antecipação decorrente de substituição tributária não recolhida.

Notas Explicativas

(ii) Demandas Cíveis: atualmente existem oito processos judiciais de natureza cível (seis em 31 de dezembro de 2018), de valor em risco aproximado em R\$ 9.424 (R\$ 911 em 31 de dezembro de 2018), com natureza de risco possível de perda. Dentre eles, consideram-se como relevantes os processos abaixo relacionados:

Ação Civil Pública nº 00016274120158030006, proposta pelo Ministério Público do Estado do Amapá, na qual requer indenizações em decorrência de supostos danos materiais e morais causados ao meio ambiente. O valor em risco não pode ser estimado.

Ação Civil Pública nº 00013863320168030006, proposta pelo Ministério Público Estadual do Amapá, com objetivo de compelir os réus a promoverem a reparação integral de todos os danos ambientais causados no Município de Ferreira Gomes/AP em decorrência de enchente, assim como adotarem medidas para minimizar os efeitos deletérios relacionados ao evento. O valor em risco não pode ser estimado.

Execução de Título Extrajudicial nº 00002067420198030006, trata-se de Execução de Título Extrajudicial movida pelo Ministério Público Estadual do Amapá por descumprimento de TAC 2, assinado em fevereiro de 2017, homologado nos autos da Ação Civil Pública nº 001385-48.2016.8.03.00006, em razão do suposto descumprimento da Cláusula 2.9, alíneas 'f' e 'g'. A FGE apresentou embargos à execução. O valor em risco é de aproximadamente R\$ 8.440 (não havia valor em risco em 31 de dezembro de 2018).

(iii) Demandas Trabalhistas: atualmente existem quatro processos judiciais de natureza trabalhista (mesmo número de processos em 31 de dezembro de 2018), de valor em risco aproximado em R\$ 633 (R\$ 1.583 em 31 de dezembro de 2018), com natureza de risco possível de perda. Dentre eles, não há processos relevantes que devam ser destacados.

(iv) Demandas Ambientais: existem quatro autos de infrações (mesma quantidade de autos de infrações em 31 de dezembro de 2018), de valor em risco aproximado em R\$ 60.000 (mesmo valor em 31 de dezembro de 2018) com probabilidade de perda possível, melhor descrito abaixo:

Auto de Infração Ambiental nº 013596 A, lavrado pelo Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial no Estado do Amapá – IMAP, por ter a Companhia, supostamente, provocado alterações sensíveis no meio ambiente, culminando na mortandade de espécies da fauna aquática do rio Araguari. O valor em risco aproximado é de R\$ 20.000 (mesmo valor em 31 de dezembro de 2018).

Destacamos que a Companhia firmou Termo de Ajustamento de Conduta no qual suspendeu o procedimento administrativo em curso no IMAP até o seu integral cumprimento. Ao final, cumpridas as obrigações assumidas, o procedimento será extinto.

Auto de Infração Ambiental nº 014689 A, lavrado pelo Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial no Estado do Amapá – IMAP, por ter a Companhia, supostamente, provocado alterações sensíveis no meio ambiente, culminando na mortandade de espécies da fauna aquática do rio Araguari. O valor em risco aproximado é de R\$ 30.000 (mesmo valor em 31 de dezembro 2018).

Auto de Infração Ambiental nº 016154, lavrado pelo Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial no Estado do Amapá – IMAP, por ter a Companhia, supostamente, ter provocado alterações sensíveis no meio ambiente, culminando na mortandade de espécies da fauna aquática do rio Araguari. O valor em risco aproximado é de R\$ 7.000 (mesmo valor em 31 de dezembro de 2018).

Auto de Infração Ambiental nº 16158, lavrado pelo Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial no Estado do Amapá – IMAP, por ter a Companhia, supostamente, ter descumprido ou cumprido parcialmente uma série de condicionantes da Licença de Operação nº 317/2014. O valor em risco aproximado é de R\$ 3.000 (mesmo valor em 31 de dezembro de 2018).

Notas Explicativas

(v) **Demandas Regulatórias:** atualmente a Companhia é parte em um processo de ordem regulatória (mesmo número de processos em 31 de dezembro de 2018), de valor em risco aproximado em R\$ 6.246 (mesmo valor em 31 de dezembro de 2018) valendo mencionar o seguinte:

Ação Ordinária com Pedido de Liminar nº 00762951020144013400. Atualmente a Companhia detém liminar em ação ordinária proposta contra a União Federal, impedindo a aplicação dos efeitos da Resolução CNPE nº 3 que, em suma, objetivou a inclusão dos geradores hidrelétricos no rateio do custo do despacho das Usinas Termelétricas fora da ordem de mérito econômico para garantir o suprimento energético. O valor de Encargos de Serviços do Sistema a ser registrado na Companhia, caso a liminar não seja mantida, será no montante de R\$ 6.246 (mesmo valor em 31 de dezembro de 2018).

17 Partes relacionadas

7.1 Transações com partes relacionadas

(A) **Partes relacionadas: informações patrimoniais.**

	30/06/2019	31/12/2018
<u>Ativo circulante - partes relacionadas</u>		
Venda de energia elétrica - Alupar Investimento S.A.	5.497	5.680
	5.497	5.680
<u>Passivo circulante - partes relacionadas</u>		
Dividendos - Alupar Investimentos S.A.	7.783	7.785
Serviços Tomados - AF Energia S.A	-	382
	7.783	8.167

Notas Explicativas

(B) Partes relacionadas: informações do resultado.

	Acumulado findo em		Trimestre findo em	
	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
Receita - partes relacionadas				
Venda de energia elétrica - Alupar Investimentos S.A.	33.173	31.750	16.674	9.632
Venda de energia elétrica - Foz do Rio Claro Energia S.A.	-	536	-	-
Venda de energia elétrica - Ijuí Energia S.A.	-	165	-	-
Venda de energia elétrica - Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	-	2.813	-	-
Venda de energia elétrica - Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	-	2.813	-	-
	33.173	38.077	16.674	9.632
Custo - partes relacionadas				
Compra de energia elétrica - Alupar Investimentos S.A.	22.996	5.738	7.941	5.738
Serviços Tomados - AF Energia S.A	2.070	1.680	1.410	1.260
Reembolso de despesas - Alupar Investimento S.A.	356	-	195	-
	25.422	7.418	9.546	6.998

As empresas que a Companhia mantém relacionamento são controladas pela Alupar Investimentos S.A.

A Companhia é controlada pela Alupar Investimentos S.A. A Alupar Investimentos S.A. é controlada pela Guarupart Participações Ltda.

7.2 Garantias

As transações de garantias estão abaixo relacionadas:

Empresa Garantidora	Data da Autorização	Órgão Autorizador	Contrato	Garantia	Início do Contrato	Encerramento do Contrato	Valor do Contrato	Saldo devedor do contrato em 30/06/2019
Alupar	26/12/2012	Conselho de Administração	Financiamento - BNDES - Contrato 12.2.1390.1	Prestação de Garantias (Fiança Ordinária) Direito sobre os Recebíveis do Poder Concedente, Direitos Creditórios Contratos de Compra e Venda de Energia, Direitos Creditórios Conta Centralizadora, Conta Reserva BNDES, Conta Reserva O&M, Conta Seguradora.	28/12/2012	15/04/2031	470.610	342.864
Alupar	13/06/2011	Conselho de Administração	Contrato de Fornecimento, Supervisão de Montagem e Supervisão de Comissionamento com a Voith CPS FGO 0115-11	Prestação de Garantias (Fiança)	05/05/2011	31/12/2019	161.000	4.830
Alupar	30/05/2014	Conselho de Administração	Debêntures - 3ª Emissão	Fiança, penhor de ações e cessão fiduciária	15/06/2014	15/12/2027	210.900	301.116
Alupar	04/07/2016	Conselho de Administração	Instrumento Particular de Constituição de Garantia por Prestação de Fiança nº 180220317 - CUST 48/2013 (ONS)	Prestação de Garantias (Fiança)	12/06/2017	25/06/2020	3.186	44

7.3 Remuneração da alta administração

De acordo o Estatuto Social da Companhia, é de responsabilidade da Assembleia Geral de Acionistas definir a remuneração global dos membros do Conselho de Administração bem como sua distribuição.

A política de remuneração da Companhia aplicável aos Administradores é dividida em uma remuneração fixa e, exclusivamente para os membros da Diretoria, uma parcela variável baseada no desempenho e alcance de metas.

Nas Assembleias Geral Ordinária e Extraordinária - AGOE da Companhia realizadas em 29 de abril de 2019 e em 30 de abril de 2018, os membros do Conselho de Administração e Diretoria renunciaram a qualquer remuneração.

Notas Explicativas

18 Patrimônio líquido

8.1 Capital social

Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018 o capital social, subscrito e integralizado é de R\$ 807.081.

A composição acionária da Companhia em 30 de junho de 2019 e 31 dezembro de 2018 é a seguinte:

	Quantidades de ações	
	30/06/2019	31/12/2018
Alupar Investimento S.A.	807.080.528	807.080.528
AF Energia S.A.	1	1
	<u>807.080.529</u>	<u>807.080.529</u>

Reserva de Lucros

a. Reserva legal

- 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado.

b. Reserva especial para incentivos fiscais

- Reserva decorrente da SUDAM que consiste na redução de 75% do imposto de renda devido, calculado com base no lucro da exploração.

c. Lucros retidos

- Os lucros remanescentes são mantidos na conta de reserva à disposição da Assembleia, para sua destinação.

19 Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante os períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2019 e 2018, conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

A Companhia não possui instrumentos diluidores, tais como, instrumentos conversíveis que foram convertidos, opções ou os bônus de subscrição que foram exercidos ou ações emitidas após a satisfação das condições especificadas.

Notas Explicativas

	Acumulado findo em		Trimestre findo em	
	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
Numerador				
Lucro (prejuízo) do período	(10.385)	3.796	(575)	(2.284)
Denominador				
Média ponderada do número de ações ordinárias	807.080.529	805.658.307	807.080.529	807.080.529
Resultado básico e diluído por ação ordinária	(0,013)	0,005	(0,001)	(0,003)

20 Receita operacional líquida

Nota	Acumulado findo em		Trimestre findo em	
	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
Receita Bruta				
Suprimento de energia - ambiente regulado	51.280	49.473	25.378	24.176
Suprimento de energia - ambiente livre	27.249	-	-	-
Suprimento de energia - ambiente livre - partes relacionadas	33.173	38.077	16.674	15.959
Ajuste positivo CCEE	7.482	28.173	5.830	25.032
	119.184	115.723	47.882	65.167
Deduções				
PIS - Programa de integração social	(1.892)	(2.021)	(732)	(1.079)
COFINS - Contribuição para o financiamento da seguridade social	(8.714)	(9.307)	(3.371)	(4.968)
P&D - Pesquisa e desenvolvimento	(1.082)	(1.030)	(417)	(582)
TFSEE - Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica	(397)	(323)	(196)	(162)
	(12.085)	(12.681)	(4.716)	(6.791)
Receita operacional líquida	107.099	103.042	43.166	58.376

21 Custos e despesas operacionais

Nota	Acumulado findo em				Trimestre findo em			
	30/06/2019		30/06/2018		30/06/2019		30/06/2018	
	Custos operacionais	Despesas operacionais	Custos operacionais	Despesas operacionais	Custos operacionais	Despesas operacionais	Custos operacionais	Despesas operacionais
Custos não gerenciáveis								
Encargos de uso da rede elétrica	(9.148)	-	(9.629)	-	(4.609)	-	(4.827)	-
Compensação financeira	(4.742)	-	(4.167)	-	(2.466)	-	(3.307)	-
Utilização do Bem Público - UBP	(187)	-	(187)	-	(93)	-	(93)	-
	(14.077)	-	(13.983)	-	(7.168)	-	(8.227)	-
Custos gerenciáveis								
Doações, contribuições e subvenções	(80)	-	(82)	-	(41)	-	(40)	-
Energia elétrica comprada para revenda	(28.711)	-	(24.490)	-	952	-	(20.909)	-
Energia elétrica comprada para revenda - Partes relacionadas	(22.996)	-	(5.738)	-	(7.941)	-	(5.738)	-
Seguros	(1.653)	-	(1.824)	-	(844)	-	(841)	-
Aluguéis	(155)	(229)	(36)	(224)	(134)	(120)	(18)	(92)
Pessoal	(1.418)	(147)	(337)	(62)	(728)	(99)	(159)	(25)
Material	(163)	(6)	(151)	(2)	(91)	(3)	(82)	(1)
Serviços de terceiros	(1.425)	(1.960)	(938)	(813)	(528)	(1.710)	8	(475)
Serviços de terceiros - Partes relacionadas	(2.070)	-	(1.680)	-	(1.410)	-	(1.260)	-
Estorno (provisão) para contingências	456	-	(128)	-	361	-	(25)	-
Outros tributos e taxas	(157)	(54)	(656)	(34)	(31)	(54)	(560)	(13)
	(58.372)	(2.396)	(36.060)	(1.135)	(10.435)	(1.986)	(29.624)	(606)
Depreciação e Amortização								
	(18.670)	(198)	(18.700)	(199)	(9.336)	(99)	(9.339)	(100)
	(18.670)	(198)	(18.700)	(199)	(9.336)	(99)	(9.339)	(100)
Total	(91.119)	(2.594)	(68.743)	(1.334)	(26.939)	(2.085)	(47.190)	(706)

Notas Explicativas

22 Resultado financeiro

	Acumulado findo em		Trimestre findo em	
	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
Receitas financeiras				
Receita de aplicações financeiras	2.356	1.854	1.229	877
Juros s/ faturas a receber em atraso	74	28	30	25
Outras receitas financeiras	33	120	10	47
	2.463	2.002	1.269	949
Despesas financeiras				
Encargos de dívidas	(29.639)	(28.927)	(14.410)	(14.051)
Outras despesas financeiras	(2.179)	(1.434)	(1.991)	(176)
	(31.818)	(30.361)	(16.401)	(14.227)
Resultado financeiro	(29.355)	(28.359)	(15.132)	(13.278)

23 Imposto de renda e contribuição social

Nota	30/06/2019		30/06/2018		30/06/2019		30/06/2018		
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	
Prejuízo (lucro) antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(15.969)	(15.969)	4.606	4.606	(990)	(990)	(2.798)	(2.798)	
(-/+ Adições e/ou exclusões	(390)	(390)	21	21	(164)	(164)	(83)	(83)	
Base de cálculo IRPJ e CSLL	(16.359)	(16.359)	4.627	4.627	(1.154)	(1.154)	(2.881)	(2.881)	
Compensação de prejuízo Fiscal 30%	-	-	(1.388)	(1.388)	-	-	(2.253)	(2.253)	
Base de cálculo IRPJ e CSLL após compensação	(16.359)	(16.359)	3.239	3.239	(1.154)	(1.154)	(5.134)	(5.134)	
IRPJ (15%)	-	-	486	-	-	-	(302)	-	
Alíquota de Adicional IRPJ (Exceder R\$ 20/Mês - R\$ 240/Ano) 10%	-	-	312	-	-	-	(208)	-	
(-) Incentivo Fiscal (SUDAM)	-	-	(751)	-	-	-	472	-	
CSLL 9%	-	-	-	292	-	-	-	(181)	
Total dos tributos correntes	-	-	47	292	-	-	(38)	(181)	
Tributos diferidos	9	(4.111)	(1.473)	347	125	(310)	(105)	(216)	(78)
Total dos tributos	(4.111)	(1.473)	394	416	(310)	(105)	(254)	(260)	
Alíquota efetiva	34,97%	17,59%			41,92%	18,35%			

24 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. A Companhia limita os seus riscos de crédito por meio de aplicação de seus recursos em instituições financeiras de primeira linha.

Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Encontram-se a seguir um sumário, por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

	31/03/2019		31/12/2018		Mensuração do valor justo	Classificação por categoria
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
Ativo						
Caixa	5.971	5.971	3.860	3.860	-	Custo amortizado
Equivalentes de caixa	28.521	28.521	34.665	34.665	Nível I	Valor justo por meio de resultado
Títulos e valores mobiliários	33.336	33.336	42.794	42.794	Nível II	Valor justo por meio de resultado
Contas a receber de clientes	23.528	23.528	52.611	52.611	-	Custo amortizado
Depósitos judiciais	357	357	354	354	-	Custo amortizado
	91.713	91.713	134.284	134.284		
Passivo						
Fornecedores	4.848	4.848	8.876	8.876	-	Custo amortizado
Empréstimos, financiamentos e debêntures	629.937	605.331	648.272	624.043	-	Custo amortizado
Uso do bem público	14.062	14.062	14.770	14.770	-	Custo amortizado
	648.847	624.241	671.918	647.689		

As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo foram as seguintes:

- Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil, assim a divulgação destes permanecem inalterados;
- Empréstimos e financiamentos: BNDES: em decorrência desse contrato não ser contemplado sob o escopo do CPC 12, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, pelo fato do Brasil não ter um mercado consolidado para esse tipo de dívida de longo prazo, ficando a oferta de crédito restrita a apenas a um ente governamental. Diante do exposto acima, a Companhia utilizou o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas; e
- 3º emissão de debêntures: As debêntures são mensuradas por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto, incluindo o risco de crédito.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no período findo em 30 de junho de 2019.

Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação.

Nível I – preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível II – outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e

Nível III – técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

No período findo em 30 de junho de 2019, não houve transferências entre avaliações de valor justo entre os níveis I, II e III.

Notas Explicativas

Informações qualitativas e quantitativas sobre instrumentos financeiros

Análise de sensibilidade do caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nos investimentos de curto prazo ao qual a Companhia estava exposta na data base de 30 de junho de 2019, foram definidos 5 (cinco) cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 28 de junho de 2019, foi extraída a projeção dos indexadores SELIC/CDI e assim definindo-os como o cenário provável, a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

		Projeção Receitas Financeiras - Um Ano					
Indexador	Posição em 30/06/2019	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)	
		3,20%	4,80%	6,40%	8,00%	9,60%	
Aplicações financeiras de liquidez imediata (equivalentes de caixa)	CDI	28.521	913	1.369	1.825	2.282	2.738
Títulos e Valores mobiliários	CDI	33.336	1.067	1.600	2.134	2.667	3.200

Análise de sensibilidade das dívidas

Com base no relatório FOCUS de 28 de junho de 2019, foi extraída a projeção dos indexadores IPCA e TJLP e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%. Para verificar a sensibilidade dos indexadores nas dívidas foram definidos 5 (cinco) cenários diferentes.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada foi 30 de junho de 2019 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

		Projeção Despesas Financeiras - Um Ano						
Indexador	Taxa de juros a.a.	Posição em 30/06/2019 (*)	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)	
			1,90%	2,85%	3,80%	4,75%	5,70%	
3ª emissão de debêntures	IPCA +	6,47%	300.443	25.516	28.555	31.594	34.633	37.672
			3,13%	4,70%	6,26%	7,83%	9,39%	
BNDES subcrédito (A, B, C)	TJLP +	2,34%	253.472	14.051	18.110	22.170	26.230	30.289
BNDES subcrédito D	TJLP	2,50%	86.467	4.936	6.323	7.710	9.097	10.484
BNDES subcrédito E	TJLP	2,34%	2.108	117	151	184	218	252

(*) Refere-se ao principal das dívidas, sem considerar encargos e custos de captação.

Gestão de riscos

A Companhia possui os seguintes riscos associados aos seus negócios:

Risco de crédito

A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor para minimizar o risco de inadimplência.

Notas Explicativas

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre os seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas e pós-fixadas.

Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

Risco Hidrológico

A combinação dos três fatores (i) baixo nível de armazenamento de água nos reservatórios do SIN (ii) permanência do atual cenário de despacho termoeletrico elevado (iii) a obrigação de entrega da garantia física - poderá resultar em uma exposição da Companhia ao mercado de energia de curto prazo, o que pode afetar os seus resultados financeiros futuros. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o MRE expõe a Companhia à um rateio com base no PLD, gerando um dispêndio com GSF (Generation Scaling Factor) para os geradores hidrelétricos. Para mitigar os efeitos em 19 de janeiro de 2016 a ANEEL anuiu a repactuação do risco hidrológico da UHE Ferreira Gomes nos termos da Lei nº 13.203/2015 e da Resolução Normativa ANEEL nº 684/2015 no ACR no produto SP 92.

Risco de Descontratação

Atualmente, todos os recursos da Companhia estão vendidos para o ACR e ACL. A receita de geração está sujeita também ao preço de contratação desta energia. Eventuais sobras ou faltas de energia terão o seu preço determinado nas condições do mercado de curto prazo, ou seja, Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

Risco de taxas de câmbio

A Companhia não tem operações em moeda estrangeira.

Risco de liquidez

Tão importante quanto a qualidade da geração de caixa operacional do negócio é a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Nossa política de gerenciamento de riscos é aprovada pela administração, que têm sob sua responsabilidade a definição da estratégia na gestão desses riscos, determinando os limites financeiros e de exposição.

Adicionalmente, nossa gestão de riscos tem como princípio afastar eventuais riscos financeiros que possam ser adicionados aos nossos negócios. Em relação ao caixa, nossas aplicações financeiras são geridas conservadoramente, com foco na disponibilidade de recursos para fazer frente às nossas necessidades. Buscamos melhores rentabilidades sempre levando em consideração os limites de risco, liquidez e concentração das aplicações e acompanhamos regularmente as taxas contratadas comparando-as com as vigentes no mercado.

O quadro abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 30 de junho de 2019, com base nos pagamentos contratuais não descontados.

Notas Explicativas

	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total
Fornecedores	4.848	-	-	-	-	4.848
Provisão para constituição de ativos	27.600	6.794	-	-	-	34.394
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14.603	45.958	61.116	183.347	324.914	629.937
Total	47.051	52.752	61.116	183.347	324.914	669.179

Gestão de capital

A estrutura de capital foi determinada pelos estudos para a definição do negócio, bem como pelos limites de financiamentos estabelecidos pelos agentes financeiros.

	30/06/2019	31/12/2018
Empréstimos, financiamentos e debêntures (líquidos dos custos a amortizar)		
Circulante	(60.561)	(54.614)
Não circulante	(569.376)	(593.658)
Dívida total	(629.937)	(648.272)
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	67.828	81.319
Dívida líquida	(562.109)	(566.953)
Patrimônio líquido	870.245	880.629
Índice de endividamento líquido	0,65	0,64

25 Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vale refeição, plano de previdência privada (onde o plano de aposentadoria é de contribuição definida) e educação continuada. A Companhia reconheceu no resultado o montante de R\$ 301 e R\$ 78 no primeiro semestre de 2019 e 2018, respectivamente. No segundo trimestre de 2019 e 2018 foi reconhecido, respectivamente, o montante de R\$ 205 e R\$ 33.

No plano de contribuição definida, a Companhia patrocina um plano de previdência, mas deixa o risco para os beneficiários que podem ganhar mais ou menos de acordo com a gestão dos recursos, a patrocinadora não tem responsabilidade de garantir um valor mínimo ou determinado. Nesse caso a obrigação do empregador nos planos de contribuição definida são as contribuições.

26 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. O quadro a seguir sumaria os riscos considerados e correspondentes valores da cobertura desses seguros em 30 de junho de 2019.

Notas Explicativas

Risco/Objeto	Importância segurada	Prêmio	Término da vigência
Risco nomeado e operacional	1.573.269	2.897	18/06/2020
Risco de responsabilidade civil geral	500.000	309	18/06/2020
Seguro garantia judicial	1.943	45	04/01/2022
Total	<u>2.075.213</u>	<u>3.251</u>	

27 Informações por segmento

A Companhia é administrada com uma única operação, ou seja, que gera um único fluxo de caixa independente e conseqüentemente tem um único segmento que a Administração da Companhia utiliza para analisar seu desempenho operacional e financeiro. As operações da Companhia são realizadas em território nacional.

* * *

Contadora

Patrícia N. S. Ferreira
CRC 1SP237063/O-2

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores

Conselheiros e Acionistas da

Ferreira Gomes Energia S.A.

São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Ferreira Gomes Energia S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações dos resultados e dos resultados abrangentes para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações contábeis intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1), aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Revisão dos valores correspondentes aos mesmos períodos do exercício anterior e auditoria do exercício anterior

Os valores correspondentes aos períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2018, apresentados para fins de comparação, foram revisados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 13 de agosto de 2018, sem qualquer modificação. Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentados para fins de comparação, foram examinados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 8 de março de 2019, sem qualquer modificação.

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado ("DVA"), referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2019, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 8 de agosto de 2019.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP034519/O-6

Rita de C. S. Freitas

Contadora CRC-1SP214160/O-5

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

São Paulo, 08 de agosto de 2019.

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 25, §1º, VI DA INSTRUÇÃO CVM 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da Ferreira Gomes Energia S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF nº 12.489.315.0001/23 ("Companhia"), nos termos do inciso VI, do parágrafo 1º do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações contábeis intermediárias para o período findo em 30 de junho de 2019.

Marcelo Patrício Fernandes Costa

Diretor Financeiro

Diretor de Relações com Investidores

Eduardo Henrique Alves Pires

Diretor Administrativo

Diretor Técnico

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

São Paulo, 08 de agosto de 2019.

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 25, §1º, V DA INSTRUÇÃO CVM 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da Ferreira Gomes Energia S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF nº 12.489.315.0001/23 ("Companhia"), nos termos do inciso V, do parágrafo 1º do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes para o período findo em 30 de junho de 2019.

Marcelo Patrício Fernandes Costa

Diretor Financeiro

Diretor de Relações com Investidores

Eduardo Henrique Alves Pires

Diretor Administrativo

Diretor Técnico